

DESCRIÇÃO E PRESCRIÇÃO NO DESENVOLVIMENTO RURAL O TERRITÓRIO COMO ESPAÇO SOCIAL REIFICADO*

RODRIGO CONSTANTE MARTINS

* A realização deste trabalho contou com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).

RESUMO *O debate sobre novas possibilidades de desenvolvimento para as áreas rurais ganhou projeção em muitos países no curso dos anos 90. No geral, esse debate tem apontado para a necessidade de implementação de estratégias de desenvolvimento que sustentem pactos territoriais entre diferentes atores envolvidos na rede sociopolítica local. Este artigo apresenta uma interpretação sociológica da constituição das modernas instâncias de governança política das áreas rurais – mais especificamente, os conselhos regionais e/ou municipais de desenvolvimento rural. Para tanto, abordaremos um estudo de caso realizado no município de Paranapanema, localizado na região sudoeste do estado de São Paulo. A questão principal a ser investigada será a presença das formas de dominação material e simbólica do espaço social no interior da instância descentralizada de governança socioterritorial.*

PALAVRAS-CHAVE *Desenvolvimento rural; ruralidade e regulação ambiental; governança territorial.*

ABSTRACT *The debate about new possibilities of development for rural areas was expanded in several countries during the 1990s. Overall, this discussion has pointed to the need for the implementation of development strategies to support pacts between different actors involved in the local sociopolitical network. This article presents a sociological interpretation of modern instances of political governance in rural areas – more specifically, the regional and municipal councils for rural development. Therefore, it will be presented a study case conducted in the municipality of Paranapanema, located in the southwestern of São Paulo state. The main issue to be investigated will be the presence of forms of symbolic and material domination of social space inside decentralized instances of socio-territorial governance.*

KEYWORDS *Rural development; rurality and environmental regulation; territorial governance.*

INTRODUÇÃO

A discussão sobre a temática do poder em espaços rurais é bastante ampla e abrange um considerável espectro de perspectivas teóricas. Enfoques sobre capitalismo agrário, prestígio social, formações camponesas, questão fundiária, movimentos sociais e resistência cotidiana são alguns dos que mereceriam destaque em uma revisão do tema. Este artigo, contudo, visa abordar alguns elementos da temática poder e dominação em uma nova dinâmica configuracional do rural. Pretende, em sentido lato, avançar sobre tal temática, tomando por referência a construção de novos espaços institucionalizados de disputas que abrange os diagnósticos sobre a vida rural, a prescrição de metas de desenvolvimento e a regulação das formas de uso e acesso aos recursos territoriais.

Os contornos da chamada ruralidade contemporânea têm sido marcados pela emergência de atividades econômicas que estariam para além da agricultura, por alterações significativas na geração de renda e promoção de serviços no campo, pela intensificação das relações econômicas e políticas entre formações rurais e núcleos urbanos e pela inserção da variável ambiental como dimensão central para as reflexões sobre os caminhos do desenvolvimento rural. No plano político, alguns estudos têm destacado a necessidade de reflexões sobre o surgimento de novas arenas descentralizadas de debate e decisão sobre os rumos sociais dos territórios rurais. Tais arenas, que de certo modo se caracterizam pela possibilidade de concertação da diversidade de interesses atrelados a este “novo” rural, trazem, sem dúvida, novas questões para o debate sobre política, dominação e distinção social nesses espaços.

O objetivo deste artigo é apresentar uma interpretação sociológica da formulação das modernas instâncias de regulação socioambiental das áreas rurais paulistas. Pretende-se discutir de que modo esses novos processos sociais, sobretudo os relativos à

questão ambiental, se encontram presentes na formulação dessas instâncias de regulação/governança. Para tanto, compreender-se-á a governança territorial através do contexto institucional dos conselhos de desenvolvimento rural. Para fins de articulação analítica, tomar-se-á como foco empírico o recorte municipal. Nesse caso, serão utilizados os resultados de um estudo de caso realizados entre os anos de 2004 e 2007 no município de Paranapanema, no estado de São Paulo.

A hipótese central desenvolvida no estudo de caso é a de que a consolidação da questão do desenvolvimento rural sustentável está intimamente relacionada com a nominação disciplinar das práticas econômicas no curso do século XX. Nesse sentido, o estudo tomou como base conceitual as interpretações de Weber (2000) sobre a racionalidade das modernas práticas capitalistas e de Bourdieu (2000) acerca a consolidação de matrizes de percepção que viabilizam a nominação das experiências e do próprio mundo social – enfatizando o que o autor denomina de *efeito-teoria* na descrição e prescrição das práticas no mundo social.

Para o desenvolvimento desse esforço conceitual no contexto territorial aqui proposto, o trabalho enfocará a interpretação de configurações de agentes, grupos e instituições envolvidos na construção das novas institucionalidades de gestão territorial no estado de São Paulo. Nesses termos, empregaremos a noção de configuração proposta por Elias (1991), em que uma configuração se estrutura como um jogo no interior do qual existe a hierarquia de conjuntos de relações do tipo “eu–eles” ou “nós–eles”. As interdependências caracterizariam não apenas as relações entre agentes e/ou grupos de agentes, mas também as relações entre níveis configuracionais distintos.

Na interpretação dessas interdependências, ao tomar-se o território como espaço social reificado, está-se acentuando as formas sociais de poder e distinção incrustadas na própria dimensão biofísica do espaço. Isto é, o espaço físico não deixa

de ser o espaço social relativamente deformado, marcado pelas hierarquias e classificações deste último. O que aparece como espaço físico ou formas territoriais nada mais é, portanto, que o espaço social reificado, camuflado, aparentando ser a base – e o não-produto – das desigualdades e disputas da ordem social competitiva.

O texto é composto de quatro seções. Na primeira apresenta-se uma breve síntese dos principais termos do debate sobre desenvolvimento rural sustentável nas literaturas nacional e internacional. Em seguida, na segunda seção, inicia-se a problematização da temática da governança territorial em áreas rurais, sinalizando suas vinculações com o debate sobre descentralização de políticas públicas e com as formas de nominação econômica da moderna agenda socioambiental. Na terceira e quarta seções procede-se à territorialização do referido debate, com a introdução do caso da agricultura do município de Paranapanema e o aprofundamento das relações entre dominação sociopolítica e concertação dos interesses locais. Por fim, nas “Considerações finais” são destacados alguns dos elementos relevantes do texto para o campo dos estudos rurais.

RURALIDADE, DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE

As questões relativas ao desenvolvimento e à regulação socioambiental dos territórios rurais vêm adquirindo abrangência nas últimas décadas. Com base em experiências regionais, vários estudos têm destacado a necessidade de se abordar tal tema por meio de dinâmicas territoriais, construindo ênfases analíticas nos processos sociais locais envolvidos na emergência de “novas” ruralidades. Alguns estudos sinalizam a necessidade de novos enquadramentos sociais e espaciais para a compreensão das transformações contemporâneas das comunidades rurais, acentuando as formas de agenciamento das práticas sociais e a constituição de novas redes de atores (MARSDEN, 2003). Ou-

tros trabalhos, em convergência com a identificação de transformações na dinâmica dos territórios rurais no contexto da alta modernidade (transformações que também influenciariam o *continuum* rural-urbano), destacam a expansão das estratégias de governança da diversidade de interesses econômicos e políticos que marcariam os novos perfis de ruralidade (GOODWIN, 1998; DOUGLAS, 2005). Em todos esses esforços, que de modos distintos criam interfaces com os diálogos sobre políticas públicas, a transversalidade da temática ambiental aparece através do pressuposto geral de que, embora não haja padrões ou modelos a serem apontados para o desenvolvimento rural, a referência à sustentabilidade desses territórios é a base sobre a qual os rumos da localidade podem ser construídos.

Essa perspectiva tem sido partilhada por vários estudiosos das ruralidades europeias. Estruturadas sobre a expansão das atividades não-agrícolas, o que se denomina como “novas” ruralidades naquele continente compreende estruturas complexas de composição das atividades de produção de valores excedentes e de concepções sobre as relações entre economia, sociedade e natureza (KAYSER, 1990). Inscrito nesse debate, o tema da gestão territorial tem sido abordado a partir da proposta de construção de esferas públicas que visam à composição dos interesses agrícolas com os dos demais setores sociais interessados na dinamização das economias regionais e na preservação dos recursos ecossistêmicos e das culturas locais (HERVIEU, 1993; JOLLIVET, 2001).

As chamadas políticas agroambientais daquele continente formam a expressão mais acabada desse debate em termos de regulação da relação sociedade–natureza em áreas rurais. Atré-ladas à Política Agrícola Comum europeia, as resoluções agroambientais têm como objetivo principal a incorporação de compromissos ambientais na concessão das ajudas diretas aos agricultores dos Estados-membros. Aos agricultores competiria o compromisso do emprego de métodos de produção agrícola

que sejam compatíveis com a proteção ambiental e com a preservação da paisagem do agroambiente. Para tanto, receberiam estímulos financeiros da UE, através, dentre outros, de remuneração adicional para adoção de manejos sustentáveis e de pagamentos pelo pousio de áreas degradadas (MARTINS, 2005).

Alguns estudos têm revelado, por sua vez, os limites que políticas desse perfil, voltadas ao estímulo estritamente monetários do comportamento social, encontram entre os agricultores europeus. Analisando respectivamente os casos alemão e inglês, Burgess, Clark e Harrison (2000) e Burton (2004) sugerem que as comunidades agrícolas desenvolvem historicamente experiências endógenas sobre regras tradicionais das práticas agrícolas, que servem de base para o que localmente é entendido como práticas adequadas ao manejo do meio ambiente e que, em última instância, contribuem para a construção mítica do “bom agricultor”. No sentido da economia das práticas proposta por Pierre Bourdieu, Morris (2006) reitera que o que comumente se denomina por cultura agrícola é, a rigor, o conhecimento tácito do agricultor sobre o ambiente, sobre as técnicas de manejo e sobre a própria cultura das comunidades locais. Embora uma característica central desse conhecimento agrícola seja sua flexibilidade em termos de revisão frequente – e revisão, sublinha-se, no âmbito da prática –, as “categorias de percepção” desses agricultores reproduzem os sentidos necessários à preservação material e simbólica de seus ambientes e de suas identidades.

Tal como pontuam Burton, Kuczera e Schwarz (2008), esta é a gênese do capital cultural próprio do campesinato agrícola europeu em geral. Esse capital se constitui através da realização de atividades diárias e se manifesta principalmente no nível de habilidade prática do agricultor. Tornar-se um “bom agricultor” é menos uma questão de adequação às premissas exógenas (como as resoluções agroambientais, por exemplo) do que um projeto de autoaperfeiçoamento. O *habitus* desenvolvido é uma combinação de atividades que são determinadas pela exploração

do ambiente (por exemplo, uma propriedade em colina levará o agricultor a um rol de saberes diferentes daqueles próprios de uma fazenda de planície), do patrimônio de exploração agrícola familiar (ou seja, a transferência de competências entre as gerações, consolidadas como capital cultural da agricultura familiar) e, sobretudo, o tempo pessoal de investimento dos próprios agricultores nas práticas de produção. A transmissão do capital cultural torna-se, dessa feita, uma questão de desenvolvimento de categorias de percepção e valorização junto a outros agricultores (e não simplesmente às autoridades dos programas agroambientais), de tal modo que as “habilidades” corporificadas possam ser reconhecidas e valorizadas no âmbito da própria localidade.

De certo modo, no debate nacional em torno da sustentabilidade socioambiental das economias rurais, os aspectos relativos às *localidades* vêm sendo tratados com maior atenção desde a década de 1990. Questões como a *diversificação das regionalidades* (VEIGA, 2001), a criação de *novas institucionalidades* para as áreas rurais (CAMPANHOLA e SILVA, 2000), o desenvolvimento da localidade a partir do fenômeno da *proximidade social* (ABRAMOVAY, 2003) e as relações da categoria território com a reestruturação do capitalismo contemporâneo (SCHNEIDER, 2004) têm estimulado as discussões em torno da orquestração territorial de alternativas de desenvolvimento para as áreas rurais do país.

De outra parte, assim como no debate europeu, a nomeação econômica das alternativas de construção de “novas” ruralidades revela-se como importante marca no debate nacional. Correntemente, não é senão através desse aparato de nomeação que as dimensões transdisciplinar e multissetorial emergem como balizas para o enquadramento das práticas como sustentáveis no uso dos recursos sociais e naturais do território. Este é o caso, por exemplo, do encaminhamento de propostas voltadas ao zoneamento econômico-ecológico para a exploração dos recursos naturais e à promoção de externalidades positivas pro-

movidas por programas de reflorestamento e de conservação do solo, dentre outros (JANVRY e SADOULET, 2004). Nesse sentido, a retórica do desenvolvimento rural sustentável associa-se em grande medida à construção econômica da moderna questão ambiental com os propósitos de reestruturação, em termos de políticas públicas, das modalidades de mediação dos interesses sociais em territórios rurais, pretendendo a relativização da hegemonia histórica do setor agrícola nesses espaços.

Além dos valores sociais referentes ao equilíbrio ambiental, outro elemento de convergência entre as temáticas da ruralidade e do meio ambiente nas literaturas nacional e internacional diz respeito à disseminação de esferas descentralizadas de governança. A criação dessas instâncias tem amparado fortemente os argumentos em prol da superação do monopólio setorial sobre os recursos sociais e ambientais dos territórios rurais. A promoção de debates sociotécnicos, referenciados nos princípios econômicos da racionalidade gestora, é apontada como base norteadora da democratização dos rumos da governança do novo desenvolvimento rural. Questões ligadas ao empoderamento dos agentes sociais situam-se na fronteira desse debate (CAUDEL e TONNEAU, 2007; CARRIER e CÔTÉ, 2000). Esse novo conjunto de fenômenos implica a formulação de novos instrumentos analíticos para a problematização do rural como lugar de confluência de distintos atores coletivos, que estabelecem entre si relações variadas e que passam a disputar o uso da terra e do espaço rural como um todo, bem como os controles das instâncias decisórias da vida local.

SUSTENTABILIDADE EM TEMPOS DE CONCERTAÇÃO: A GOVERNANÇA COMO PROBLEMA SOCIOLÓGICO¹

A emergência de esferas descentralizadas de governança socio-territorial vem sendo alvo de análises nos campos da sociologia rural (BOONSTRA, 2006), da sociologia ambiental (HOWARD,

¹ Convém esclarecer que o emprego do termo *governança* neste trabalho se distancia dos usos feitos por áreas da economia e da administração, relacionados principalmente com os debates sobre valores empresariais corporativos. Este estudo incorporará tal termo tendo em vista a perspectiva adotada pelos estudos recentes sobre ruralidade, meio ambiente e desenvolvimento, que enfocam a emergência de instituições descentralizadas e participativas de governo dos rumos de um território particular. Nesse sentido, a governança envolve a articulação de interesses de grupos sociais fixados no próprio território para a promoção de novos valores de desenvolvimento e sustentabilidade. Esse arranjo institucional permite, portanto, a produção horizontal de políticas para o território.

2006) e no espectro dos estudos sobre políticas públicas (FISCHER, 2003). Os enfoques correntes sobre essas novas arenas deliberativas destacam, de maneira geral, estratégias moldadas pelos grupos de agentes gestores (*stakeholders*) para a confecção de bases de intervenção política. Voltados muitas vezes para uma perspectiva normativa, esses estudos problematizam a legitimidade dessas esferas de governança em termos de procedimentos empreendidos para a obtenção de bases consensuais desejáveis (SHORTALL, 2004; HAJER, 2003). De outro lado, alguns enfoques pós-estruturalistas têm problematizado a legitimidade em termos de contextos localizados e discursivamente negociados, sinalizando – sobretudo no caso da governança rural – a possibilidade de encontro de legitimidades situadas (CONNELLY, RICHARDSON e MILES, 2006).

Buscando contribuir com esse debate, mas sem restringir-se ao enfoque normativo ou pós-estruturalista, este estudo problematiza a legitimidade não dos aparatos de governança em si, mas sim da construção das verdades/dos diagnósticos sobre a realidade empreendida pelos agentes que deles participam. Por essa razão, considerando a relevância do léxico dominante na construção da noção de sustentabilidade que ampara essas novas instâncias de governança, este estudo visa compreender a eficácia simbólica de certas modalidades de enunciados entre os participantes das práticas de governança.

Sem embargo, o debate moderno sobre sustentabilidade segue em larga medida amparado nos instrumentos de nomeação econômica da questão ambiental. Não por acaso, vários estudos têm sido realizados, no curso das duas últimas décadas, com o objetivo de estimar valores monetários para *bens* e *serviços* ambientais em áreas rurais. A elaboração de indicadores quantitativos ponderados através de critérios de escassez (tais como os níveis de vulnerabilidade e insubstitubilidade dos recursos naturais) e a tentativa de mensuração da disponibilidade da sociedade em pagar pela preservação ambiental – passando inclusive

pela construção de mercados hipotéticos para os serviços ambientais – têm sido apresentadas como elementos distintivos no gerenciamento dos recursos socioterritoriais (PEARCE e TURNER, 1991; PEARCE, 1993; BROWLEY, 1996). No concernente ao debate sobre desenvolvimento rural, a valoração desses recursos – classificados como “amenidades ambientais” – é designada como estratégia de criação de novos serviços econômicos nas áreas rurais, então revalorizados pela própria crise ambiental urbana (DIXON e SHERMAN, 1990).

Tal como afirma Martins (2008), o uso do instrumental conceitual da ciência econômica – em particular, da economia neoclássica – segue ocupando lugar de destaque no debate internacional sobre regulação ambiental. Esse instrumental é recorrentemente utilizado para a nominação dos principais temas da moderna crise socioambiental. Essa atividade de nominação, que se origina na designação dos *ativos ambientais* e se estende até a proposição dos mercados futuros de *commodities* ambientais, também explicita o fabrico de relações complexas de poder, que não se encerram nos limites de autonomia dos distintos *campos de relações* (burocrático, acadêmico, econômico). A rigor, a temática ambiental perpassa esses campos; contudo, fundamenta-se sobre a retórica dominante do campo econômico.

A interpretação sobre a consolidação dos enunciados neoclássicos da economia ambiental no debate político contemporâneo acerca do desenvolvimento rural requer, dentre outros, o aprofundamento analítico sobre o papel das estratégias de nominação no bojo do processo de autonomização do campo econômico. Nesse sentido, tal como sugere Bourdieu (2000) a propósito da dinâmica da autonomização, em termos de nominação das relações e ordem sociais, a teoria da utilidade marginal consiste em um fato histórico-cultural, base sobre a qual as sociedades ocidentais vêm-se experimentando desde o início do século XX. Interage, em sentido lato, com as atividades de nomeação das experiências sociais – dentre as quais, as experiências de acele-

rada degradação ambiental promovida pela chamada Revolução Verde na agricultura.

A legitimidade da gestão técnica e econômica dos territórios sustenta-se, portanto, em disposições socialmente estruturadas que garantem a crença de certos grupos sociais na equivalência entre eficiência econômica estrita e ordenamento social. Isto é, a correspondência entre estruturas objetivas e estruturas de percepção promove a *doxa* sobre a própria noção de ruralidade, justificando tanto a adjetivação do “novo” ao fenômeno quanto seu enquadramento econômico específico (que seria o caso, por exemplo, da sobreposição dos dilemas agrários pelo discurso gerencial da agregação de valor aos serviços rurais).

O papel das crenças econômicas na nominação do debate político sobre desenvolvimento rural sustentável pode ser indicado, dentre outros, pela composição social dos agentes ocupantes de postos-chave nesse debate. Com efeito, os ritos de instituição que sancionaram a capacidade de atuação desses agentes revelam como certas disposições secundárias atuam na inscrição da temática ambiental no campo do poder. Como exemplo desse processo, pode-se tomar os casos dos papéis desempenhados por alguns dos agentes diretamente envolvidos na governança do desenvolvimento rural. Isto é, no contexto da construção social da gestão descentralizada dos territórios rurais, pode-se avançar sobre a interpretação da posição dos agentes, a construção dos discursos, os critérios de autoridade para as falas/posições no debate descentralizado e as hierarquias sociais resultantes desses atos de distinção.

PODER E DOMINAÇÃO EM PERSPECTIVA TERRITORIAL

A fim de *territorializar* a discussão precedente em torno das formas de nominação da governança sustentável do desenvolvimento rural, serão apresentados alguns resultados do estudo de caso realizado entre os anos de 2004 e 2007 no município de

2 A realização do estudo de caso contou com o emprego de técnicas qualitativas de pesquisa social, tais como a realização de entrevistas semiestruturadas e a coleta de relatos orais. Os entrevistados foram selecionados com base na técnica de amostragem de propósito sugerida por Patton (2002), cuja característica principal é a composição de universos amostrais baseados na *densidade informacional* dos agentes sociais, ou seja, no tipo de informação que estes nos possam fornecer diante dos propósitos da pesquisa. Também foi realizado um levantamento documental nos arquivos da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (Cati), do Conselho Regional de Desenvolvimento Rural de Avaré, do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Paranapanema, da Casa da Agricultura de Paranapanema e da Associação Comercial de Paranapanema.

3 O reservatório de Jurumirim (Armando A. Laydner) teve as obras civis iniciadas em 1956 e foi inaugurado em 21/9/1962. Apresenta um volume útil de 2,8 bilhões de metros cúbicos de água e 546 quilômetros quadrados de extensão. É formado pela confluência dos rios Paranapanema e Taquari e abrange também dez municípios em sua área de influência direta, quais sejam: Avaré, Angatuba, Itai, Itatinga, Cerqueira César, Arandu, Paranapanema, Piraju, Tejujá e Taquarituba.

Paranapanema.² Realizaremos, inicialmente, a caracterização geral da dinâmica socioeconômica regional desde meados do século XX, para, em seguida, aprofundarmos as questões relativas à reprodução material e simbólica da localidade.

Fundado em 1944, o município de Paranapanema conta atualmente com população total próxima de 169 mil habitantes e está situado na região sudoeste do estado de São Paulo, integrando a área de influência direta do reservatório da Usina Hidrelétrica (UHE) de Jurumirim.³ Para a construção do reservatório de Jurumirim, ocorrida entre os anos de 1956 e 1962, 66 propriedades rurais foram desapropriadas e alagadas no município de Paranapanema, sendo a maioria de pequeno porte (80% das propriedades com áreas individuais inferiores a 80 hectares). Além das propriedades rurais, outras áreas devolutas, então ocupadas por posseiros, também foram alagadas. A extensão de área rural alagada no município foi de 9.276 hectares, o que correspondeu a 10,5% de sua área rural total à época.

Com o passar dos anos, a dinâmica de ocupação das áreas do entorno do reservatório seguiu a linha concentracionista característica de outras regiões do estado de São Paulo. Na Tabela 1, a seguir, que mostra a evolução do perfil fundiário da Área de Influência do Reservatório de Jurumirim (AIRJ) entre os anos de 1950 e 1996, é possível observar que, a partir da década de 1970 – período seguinte às desapropriações e construção da Barragem de Jurumirim – a região desenvolveu um acentuado processo de concentração fundiária. O dado mais significativo de tal concentração é a retração, entre 1950 e 1996, de 44,4% no total de estabelecimentos agrícolas com áreas inferiores a 50 hectares, paralelamente à expansão desproporcional do número de estabelecimentos com mais de 500 hectares, passados de 3 em 1950 para um total de 159 em 1996.

Tabela 1: Distribuição média do número de estabelecimentos agrícolas por extrato de área – Área de Influência do Reservatório de Jurumirim: 1950-1996

	Até 50 ha	De 50 a 500 ha	De 500 a 1.000 ha	Acima de 1.000 ha
1950	5.320	228	2	1
1960	6.485	290	10	2
1970	5.753	378	7	5
1975	4.527	455	12	6
1980	3.841	510	12	8
1985	3.026	490	15	16
1995-1996	2.963	557	92	67

Fonte: FIBGE, *Censos agropecuários*.

A Tabela 2, a seguir, retrata o perfil fundiário do município de Paranapanema. Segundo o corpo técnico da Casa da Agricultura de Paranapanema, há um grupo de agricultores patronais disperso no município, sem estratégias elaboradas de comercialização de lavouras e sem integração sólida com unidades agroindustriais. Estão distribuídos no extrato de área de 10 a 100 hectares, que reúne 51% do total de estabelecimentos agrícolas e 15,16% da área agrícola do município. O capital investido na produção desses agricultores é originário, no mais das vezes, do crédito pessoal a juros elevados. Em razão do endividamento recorrente e crescente para a realização das lavouras, parte significativa dos agricultores com áreas agrícolas superiores a 50 hectares vem arrendando suas terras para produtores mais capitalizados da região. Já os estabelecimentos com áreas entre 100 e 500 hectares correspondem a 21,74% do total de unidades no município e ocupam 38,16% da área agrícola. Desse extrato, muitos estabelecimentos são cooperados da unidade agroindustrial que se instalou no município em 1962. Do total de 27 estabelecimentos com mais de 500 hectares, ape-

4 Dado de novembro de 2006 obtido em pesquisa de campo, através da consulta da ficha cadastral dos membros da Unidade Agroindustrial.

nas 2 não são cooperados. Juntas, essas unidades representam apenas 4,52% do total de estabelecimentos, mas ocupam 45,84% da área agrícola municipal, situação que expõe o inquestionável processo de concentração fundiária que, característico de toda área de influência do reservatório de Jurumirim, também envolve o município de Paranapanema.

Tabela 2: Distribuição das Unidades de Produção Agrícola (área e estabelecimentos) do município de Paranapanema – 2005

Tamanho da UPA (ha)	Número de UPA	Número de UPA (%)	Área (ha)	Área (%)
Menos de 10 ha	135	22,58	676,6	0,84
10 a 100 ha	306	51,17	12.223,7	15,16
100 a 500 ha	130	21,74	30.781,40	38,16
500 a 5.000 ha	26	4,35	30.924,20	38,34
Mais de 5.000 ha	1	0,17	6.050,00	7,5
TOTAL	598	100,00	80.654,9	100,00

Fonte: Casa da Agricultura de Paranapanema.

O perfil técnico desses agricultores cooperados é decisivo não apenas para a composição do campo econômico regional, mas também no próprio cenário da agricultura paulista. Afora o fato de 90% dos agricultores terem formação universitária (em sua maioria são agrônomos),⁴ as tecnologias de irrigação (com sistemas de irrigação por aspersão do tipo pivô central) e o plantio direto caracterizam a estrutura produtiva de parte significativa dos estabelecimentos cooperados. A cooperativa, por sua vez, dispõe a esses agricultores, dentre outras vantagens, serviços de monitoramento de solo e tecnologias de precisão no acompanhamento da eficiência dos sistemas de irrigação.

O estrato de estabelecimentos com menos de 10 hectares no município é constituído basicamente por agricultores familiares. Estes formam o segundo grupo do universo dos não-cooperados

do município. No total, representam 22,58% dos estabelecimentos e ocupam 0,84% da área agrícola municipal. A Casa de Agricultura do município classifica esses agricultores como produtores de subsistência. Pequena parte desses agricultores familiares também está distribuída no estrato de estabelecimentos com áreas entre 10 e 100 hectares. Menos pela extensão da propriedade, o que permite a caracterização desse grupo de produtores é a forma de organização da produção. Comumente, todos os membros da família são envolvidos nas atividades agrícolas da unidade. Na colheita, a eventual necessidade de trabalho adicional é suprida por meio de relações de proximidade.

Em razão das dificuldades envolvidas na reprodução social da agricultura familiar no município, muitas dessas famílias se têm inserido em processos de reconversão no âmbito da própria localidade. Famílias que até o início da década de 2000 ainda mantinham suas pequenas áreas agrícolas combinadas com a pluriatividade, estão atualmente se desfazendo de suas propriedades e tornando-se força de trabalho temporária na agricultura regional. Segundo o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paranapanema, das famílias que optaram por abandonar a localidade, os novos rumos foram quase sempre determinados em função das regiões de crescimento das lavouras de cana-de-açúcar no estado de São Paulo.

Nesse cenário de desarticulação da agricultura familiar, foi criado, no ano de 2001, um assentamento com 16 famílias em um bairro rural do município. Estruturado com recursos do então programa federal intitulado Banco da Terra, esse assentamento tem área aproximada de 140 hectares.⁵ Sua criação dependeu da fundação de uma associação de agricultores – exigência do programa Banco da Terra – e do interesse de um membro da Cooperativa do município em vender uma de suas propriedades para o projeto de assentamento.

A formação desse assentamento no município expressa processos importantes da conjuntura local de produção de valores excedentes. Um desses processos refere-se às condições de acesso

5 Criado e extinto durante o segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, o programa Banco da Terra era gerido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário. Constituiu-se em um fundo de recursos que financiava a aquisição de imóveis rurais e a realização de obras de infraestrutura básica, serviços topográficos e custos cartorários. Os projetos produtivos eram financiados pelo Pronaf. O público-alvo do programa eram associações ou cooperativas de agricultores desprovidos de terras.

à terra por famílias camponesas na região. Há na região um movimento combinado de concentração de capital e concentração da propriedade da terra. Conforme destacou Martins (1995), esses processos concentracionistas possuem dinâmicas relativamente independentes, e a ocorrência de um não implica necessariamente causa ou efeito do outro. Ao contrário disso, a concentração da propriedade da terra, por exemplo, significa somente que um agente ou grupo social está ampliando suas possibilidades de se apropriar da riqueza social, seja através da especulação imobiliária, seja através da criação de valor excedente por meio do trabalho.

No caso da estrutura agrária de Paranapanema, a concentração fundiária tem servido tanto à especulação imobiliária quanto à concentração de capital na região. Nesses dois movimentos, os membros da Cooperativa Agroindustrial têm-se destacado por seu envolvimento na aquisição de terras tanto das famílias de agricultores que decidem sair do município, quanto das famílias que optam pela quitação de dívidas com o dinheiro da venda da terra, reconvertendo-se então em assalariados temporários na região. Na formação do assentamento no município, todas essas expectativas e interesses sociais estavam – e, vale reiterar, permanecem – presentes. Isso porque quase a metade das famílias assentadas vendeu suas pequenas propriedades, no decorrer da década de 1990, para algum cooperado ou mesmo para a Cooperativa, que passaram a utilizar as terras para a produção de valores excedentes. Outrossim, a venda da fazenda para o projeto de assentamento foi diretamente negociada pela Cooperativa Agroindustrial com um de seus cooperados que utilizava a propriedade apenas como reserva de valor. Por fim, a expectativa atual das famílias assentadas relaciona-se menos como possível melhoramento das condições de reprodução social da agricultura familiar no município do que com o estabelecimento de novas relações de dependência social.

Por fim, essa diferença socioeconômica entre os agricultores de Paranapanema tem reflexos marcantes na estrutura municipal de representação sindical da categoria. A atuação do Sindicato Patronal Rural de Paranapanema (Sindipar), criado no ano de 2000 pelos membros da Cooperativa Agroindustrial, é questionada pelos não-cooperados justamente por seu demasiado comprometimento com os interesses da Cooperativa. O próprio fato de a sede do sindicato localizar-se dentro da fazenda-sede desta última é apontado pelos não-cooperados como resultado da hegemonia política de um grupo estreitamente vinculado à direção da Cooperativa.

A (RE)CONSTRUÇÃO DESCENTRALIZADA DA LOCALIDADE: O CASO DOS CONSELHOS DE DESENVOLVIMENTO RURAL

No estado de São Paulo, o *princípio da subsidiaridade* tem sido adotado, do ponto de vista formal, como orientação para a estruturação do sistema estadual de gestão do desenvolvimento rural. Segundo Faure (1997), tal princípio pressupõe que toda a ação que pode ser decidida e implementada no âmbito da localidade não deve ser submetida à decisão de nível hierárquico superior, decorrendo daí uma divisão funcional que se ajusta quanto à esfera mais adequada de implementação e acompanhamento, em termos de arranjos institucionais e interesses sociais envolvidos. Nesse sentido, o princípio assume uma nítida orientação operacional para a descentralização de políticas públicas, posto que aborda a alocação de funções, responsabilidades e recursos entre distintas esferas de decisão, compreendendo nessas esferas também a participação representativa dos setores da sociedade civil interessados nas deliberações do aparato gestor.

Essa noção de subsidiaridade se encontra presente no modo como o governo paulista vem justificando discursivamente a integração da sociedade civil em alguns de seus aparatos

tos gestores dos territórios rurais e de seus recursos. Estes são os casos dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento Rural (CRDRs), instâncias descentralizadas de gestão das áreas rurais criadas pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. Os CRDRs são, no aparato da Secretaria, vinculados à Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (Cati), sendo os Escritórios de Desenvolvimento Regionais dessa Coordenadoria a base física dos conselhos.

Os conselhos são formados por representantes de associações de produtores, cooperativas agrícolas, sindicatos rurais do setor agroindustrial, prefeituras e por integrantes de universidades e colégios técnicos agrícolas. Cabe a esses conselhos propor diretrizes e fornecer subsídios para a formulação da política de desenvolvimento econômico regional, promovendo prioritariamente a integração dos vários agentes regionais ligados ao agrogócio. Para o cumprimento desses objetivos no nível local, os conselhos regionais interagem com os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDRs), também integrantes do organograma institucional da Secretaria de Agricultura do estado.

O perfil de formação dos agentes partícipes dos conselhos é, sem dúvida, um indicador relevante para a interpretação do perfil de atuação desse novo espaço de governança territorial. Isso porque relações objetivas podem ser traçadas entre o perfil de formação desses agentes e as crenças inculcadas no novo ambiente de gestão do desenvolvimento rural. Nesse caso, o predomínio de profissionais da área de agronomia e economia nos conselhos é, sem embargo, uma marca social decisiva para a composição da visão institucional de desenvolvimento rural que esses conselhos terão por tarefa construir. Nos 40 CRDRs que abrangem o estado, aqueles poucos cuja proposta de participação social e descentralização gestora envolveu de fato parte das sociedades locais, a composição dos agrônomos e economistas dos poderes públicos (estadual e municipal) foi complementada com representantes de associações de produtores, cooperativas

agrícolas, sindicatos rurais do setor agroindustrial e por integrantes de universidades (da área de agronomia) e de colégios técnicos agrícolas. Entretanto, cerca de 90% desses conselhos se restringiam, em 2007, aos integrantes dos escritórios regionais da Cati (SAA-SP, 2004).

No caso do CRDR de Avaré – que abrange o município de Paranapanema –, o foco do conselho nunca esteve para além dos interesses da agricultura. Outras atividades são, , identificadas como acessórias para a região. A geração de renda nas áreas rurais, segundo os membros dos conselhos municipais e regionais em questão, está exclusivamente associada às atividades agropecuárias, posto que são para isso vocacionadas.

Isso aqui é agricultura, não tem jeito. É nossa vocação. Tem gente aí que toma financiamento, não consegue pagar, só leva prejuízo, deve pra Deus e o mundo, mas não sai da agricultura. Por que você acha que não sai? Porque não vive fora disso, não adianta. O país tem que reconhecer isso e apoiar essa gente! (agrônomo, membro do CMDR-Paranapanema)

Queremos ver o município crescer, e para isso dependemos da agricultura. Somos competitivos nisso. Não adianta querer inventar a roda. Uma coisa é o ideal, o bonitinho, que todo mundo sempre quer. Outra coisa é a realidade, que a gente tem que trabalhar no dia-a-dia. E, se você quer trabalhar para as pessoas do município, não pode largar a agricultura. (economista, presidente do CMDR de Paranapanema)

Na região há até uma discussão sobre turismo rural por causa da represa (de Jurumirim). Mas infelizmente não dá para pensar nisso como atividade pra região. É uma coisa marginal, que, se precisarem, a gente ajuda como puder. Conversamos até com o Sebrae sobre isso. Mas aqui na região o foco é mesmo agricultura. Não só aqui. Isso é de todo município rural. A Cati está aqui pra isso, temos terras para isso, o país precisa disso e a gente também, porque é isso que vai gerar renda pra gente. (agrônomo, membro do CRDR de Avaré)

A despeito de o conselho referir-se formalmente ao *desenvolvimento rural*, ele constitui-se, na prática, em mais um campo de atuação dos técnicos agrícolas locais. Certamente, esse fato contribui para que haja uma concepção instrumental hegemônica acerca das funcionalidades do conselho. Não há pluralidade de projetos e/ou opiniões acerca do uso do *espaço rural* dentro do CRDR. A prevalência de uma compreensão setorial das atribuições do conselho possibilita que este ganhe significado político na medida em que sirva de *instrumento setorial*, ou seja, que possibilite conquistas setoriais efetivas. No caso do setor agrícola, sua hegemonia na abrangência territorial do CRDR e a confusão entre *extensão agrícola e desenvolvimento rural* – confusão essa socialmente marcada em forma de *habitus* nos agentes também por suas formações disciplinares – parecem induzir suas lideranças a participarem efetivamente somente daquelas instâncias institucionais que possibilitem *novos* ganhos políticos para o setor. A ausência de representantes de segmentos não-agrícolas no conselho é uma expressão desse *habitus* também como valor socioterritorial, tornado legítimo também pela não-atuação dos excluídos, revelando nesse processo a dinâmica “nós–eles” da constituição de identidades sociais:

Essas coisas de governo são pra agricultura. E até está certo, porque é rural. Como você [o entrevistador] disse: A reunião não é na Casa da Agricultura? Então... Nós aqui trabalhos mesmo é com o pessoal do comércio. [...] E também pra gente é bom a agricultura estar bem, porque aí é mais gente vindo pra cá, e a gente precisa disso. (microempresário, membro da Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Paranapanema)

Sem dúvida, é sintomático que o agente supra, embora atuante no segmento hoteleiro do município, seja membro da diretoria de uma associação comercial que abriga, além dos envolvidos no setor de serviços, também comerciários, industriais e agricultores e pecuaristas. A rigor, a referida associação congrega todos os segmentos da economia municipal. Evidentemente, nesse espaço de representação, as assimetrias de poder e os valores sociais hegemônicos no cenário da economia municipal tende a se reproduzir em uma entidade que, não podendo ter atuação corporativa, posto seu leque de representações, sugere a aceitação tácita do *status quo* local.

Nesse contexto regional, é mister, portanto, ressaltar as dificuldades para a emergência de debates em torno da diversificação das atividades de produção de valores excedentes e geração alternativa de renda nas áreas rurais, tal como sugerem Kayser (1990) e Murdoch e Marsden (1994), baseados em dados selecionados do continente europeu, e Campanhola e Silva (2000) e Veiga (2001), referindo-se às transformações recentes na ruralidade brasileira. No caso destes dois últimos, questões como a *diversificação das regionalidades* e a criação de *novas institucionalidades* para as áreas rurais são tratadas como elementos relevantes tanto para a compreensão analítica quanto para a proposição de políticas públicas que superem o viés setorial do tratamento comumente concedido às áreas rurais.

Todavia, as concepções sobre as relações entre economia, cultura e natureza na região de estudo são marcadamente atreladas tanto à ocupação agrícola do espaço rural quanto à consequente hegemonia simbólica de seus valores. A legitimidade desses valores como signo na economia regional torna-se ainda mais nítida, no plano territorial, quando os distintos segmentos sociais partícipes do CMDR são consultados acer-

6 Aqui, tomamos por referência a abordagem analítica proposta por Martins (2000, p. 59), para quem “o senso comum é comum não porque seja banal ou mero e exterior conhecimento. Mas porque é conhecimento compartilhado entre os sujeitos da relação social. Nela o significado a precede, pois é condição de seu estabelecimento e ocorrência. Sem significado compartilhado não há interação. Além disso, não há possibilidade de que os participantes da interação se imponham significados, já que o significado é reciprocamente experimentado pelos sujeitos. A significação da ação é, de certo modo, negociada por eles”.

ca das principais representações simbólicas da economia regional. Outrossim, nas disputas cognitivas do cotidiano social do município, essas representações conservam ainda o *status quo* da hegemonia de certa modalidade de agricultura. O retrato de Paranapanema reproduzido no vernáculo da agricultura cooperada revela-se como um importante instrumento de dominação simbólica. As relações que se estabelecem entre os membros da cooperativa e os demais segmentos da sociedade local são negociadas, em grande medida, tendo por referência um suposto dualismo entre forças sociais *modernas* e *atrasadas*.

Tal situação é reproduzida na descrição da *localidade* por distintos segmentos que a compõem. No Quadro 1, a seguir, são relacionados os termos levantados em trabalho de campo que expressariam, sob a ótica de cada grupo social representado no CMDR de Paranapanema, distintas faces da *localidade*. Desenvolvido como um exercício de associação simbólica, o levantamento foi realizado com os representantes da Associação de Agricultores Familiares do município (agricultor; ensino fundamental completo), do Sindicato Patronal do município (agrônomo; especialista em gestão ambiental), da Casa da Agricultura (agrônomo e economista), do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (trabalhador rural; ensino fundamental completo) e da Secretaria da Fazenda do município (economista; mestre em administração), todos integrantes do CMDR de Paranapanema. O exercício constituiu-se na indagação sobre termos ou imagens que seriam associadas pelo informante ao temas indicados. O objetivo de sua elaboração foi o de indicar as representações sociais imediatas de grupos distintos diante de temas da própria localidade, partilhadas no senso comum.⁶ O resultado do levantamento revelou que os valores de excelência técnica e empresarial atribuídos à Cooperativa Agroindustrial são estendidos por todos os representantes às outras esferas dos quadros de sociabilidades rurais no município.

Quadro 1: Associação simbólica dos integrantes do CMDR de Paranapanema sobre questões socioambientais selecionadas – maio de 2007⁷

Temas / Segmentos	Associação dos Agricultores Familiares	Sindicato Patronal	Casa da Agricultura	Sindicato dos Trabalhadores Rurais	Secretaria da Fazenda
Desenvolvimento rural	agricultura, Cooperativa	agricultura sustentável	emprego, sustentabilidade ambiental	emprego, agricultura	desenvolvimento agrícola
Sustentabilidade	meio ambiente	agricultura da cooperativa, respeito ao meio ambiente	meio ambiente, conservação	cuidar da natureza	desenvolvimento econômico com preservação da natureza
Moderno	tecnologia, colhedoras	agricultura da cooperativa	tecnologia	máquinas, desemprego	cumprimento de contratos
Competência	Produção organizada, Cooperativa	trabalho com objetivos, nossa competência	preparo técnico e econômico	lucro, Cooperativa	nossa agricultura cooperada
Atraso	desemprego, fome	falta de planejamento, incompetência	agricultor irresponsável	desemprego	corrupção, amadorismo
Qualidade de vida	alimentos, família	preservação do meio ambiente, renda	crescimento da agricultura	alimentos, emprego	renda e educação

Fonte: Elaboração do autor com base em dados primários.

O conjunto dos temas do quadro mostra de maneira inequívoca a redução do desenvolvimento rural à atividade agrícola. De maneira mais específica, associa esse desenvolvimento ao perfil de *competência* da cooperativa industrial. Essa distinção social entre os valores da agricultura regional se ampara nas representações de eficiência capitalista da Cooperativa. O emprego dos termos “produção organizada” pela Associação de Agricultores Familiares, “preparo técnico” pela Casa da Agricultura, “lucro” pelo Sindicato de Trabalhadores e “*nossa agricultura cooperada*” pelo Sindicato Patronal e pela Secretaria de Fazenda é uma expressão sintomática do paralelo criado entre as práticas da Cooperativa e as eventuais virtudes do município.

7 Os procedimentos envolvidos na realização desse exercício foram: 1) solicitação de identificação de imagens ou termos simbólicos aos temas mencionando, levando em conta para a associação sempre o cotidiano do município; 2) após a realização de todas as associações aos temas mencionados, solicitou-se a justificativa da associação; 3) após o relato de todas as justificativas, foi pedida a confirmação da associação. Somente as associações confirmadas foram aproveitadas como resultado do exercício.

Nesse acervo de valores sociais, as atividades da Cooperativa também balizam as noções de *moderno* e *atraso* para os membros do CMDR. A polarização entre “tecnologia”, “máquinas” e “cumprimento de contratos”, de um lado, e “falta de planejamento”, “incompetência” e “amadorismo”, de outro, indica a formulação das imagens afirmativas em relação às principais características da agricultura empresarial, base do que se pretende para o desenvolvimento rural no município. Ressalta-se ainda que somente o Sindicato de Trabalhadores Rurais associou o “desemprego” como representação negativa do moderno, fato que explica mesmo as relações contraditórias que envolvem o trabalho rural e a modernização técnica (com o uso intensivo de máquinas) na agricultura empresarial.

Essas representações reveladas no exercício simbólico indicam o próprio jogo de valores que inscreve a construção social da ruralidade no município. As disputas cognitivas incorporadas em tais representações também ocupam, seguramente, posição decisiva no contexto da construção de hegemonias socioterritoriais. Mais especificamente, as noções de moderno e arcaico, bem como a consolidação de ideais de sustentabilidade, envolvem um reexame contínuo de outras modalidades de capital na agricultura local que não o exclusivamente econômico. Embora articulado à base de produção imediata, as noções de competência e eficiência que reverberam no Conselho de Desenvolvimento Rural já assumem formas cristalizadas de capital simbólico, isto é, capital cultural tanto em forma institucionalizada (com as marcas da educação formal nos diplomas dos cooperados) quanto em forma de domínio de conhecimentos técnicos, tacitamente inscrito como fator de distinção social nas disposições estruturadas do conjunto de agricultores da região.

Assim, mantidas pelo processo de particularização, essas formas de reprodução das relações de domínio atuam, como visto, em interações materiais e simbólicas do espaço em questão. Nelas, as estratégias de nominação da experiência social atingem

as instituições. Sob essa perspectiva, o poder existe em rede, em constante movimento, amparado nas categorias de percepção do espaço já naturalizadas pelos agentes sociais. É precisamente por ser dotado dessa característica de movimento que as relações de dominação produzidas fora de ambientes institucionais – tais como os conselhos de desenvolvimento – se relacionam com esses ambientes de modo a torná-los úteis às próprias relações locais de hegemonia sociopolítica.

Se retomarmos uma das lições de Bourdieu (1996, p. 81), para quem “a ciência social precisa examinar a parte que cabe às palavras na construção das coisas sociais”, bem como a contribuição decisiva que as disputas entre as modalidades de classificação trazem à constituição dos grupos e das classes, o conjunto de associações construído pelos membros do CMDR de Parapanema é o resultado da história local de hegemonia de um setor no uso privilegiado dos recursos do território, ao mesmo tempo em que também nos indica como essa história se retroalimenta em termos simbólicos. Isto é, também nos indica como essa história, tornada história naturalizada, ajuda a estruturar a percepção que os agentes têm do mundo social e das projeções para o futuro desse mundo. Nesse sentido, a nomeação setorial do rural, reduzido ao agrícola, será mais profunda tanto quanto se revele amplamente reconhecida/legitimada pelos diferentes grupos de agentes.

Essa perspectiva permite compreender os limites intrínsecos que as instâncias descentralizadas de gestão do território impõem aos seus próprios princípios democráticos. Está, nesse sentido, em consonância com a afirmação de Mills (1980, p. 196), de que “os homens são livres para fazer a história, mas alguns homens são mais livres do que outros. Essa liberdade exige o acesso aos meios de decisão e de poder pelos quais a história pode ser feita”. E, na medida em que a posição social de onde se parte e de onde se localiza o discurso influi decisivamente na elaboração de descrições e prescrições sobre o todo social, convém consi-

derar que as desigualdades territoriais marcam criticamente a conformação dessas novas institucionalidades.

Se é verdade que, dentre outros, os agentes aspiram ao poder de nomear o mundo social e constituí-lo a partir de sua posição nele, as representações setoriais do espaço rural e a localização das virtudes locais nas práticas de um dos segmentos da agricultura regional indica tanto o *efeito-teoria* sobre o território através do predomínio dos valores da moderna ciência agrônômica, quanto as divisões da realidade local centradas nesses mesmos valores, classificando em relação a estes o que é moderno, as representações afirmativas do desenvolvimento, a competência, a qualidade de vida etc. Como linguagem autorizada, esses valores refletem contornos da realidade do lugar e, simultaneamente, ajudam a reproduzi-la, fazendo com que divisões pensadas correspondam mais e mais às divisões concretas do espaço social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito deste artigo foi o de abordar a temática da dominação em situações de ruralidade, tendo por base empírica a institucionalização de novas arenas de governança territorial descentralizada e participativa. Para tanto, lançou mão de uma abordagem que pretendeu articular as esferas material e simbólica da dominação, de modo a tratar o espaço físico como *espaço social reificado*. De modo geral, os resultados do estudo de caso apontaram para a hegemonia da leitura setorial e disciplinar sobre os rumos do desenvolvimento rural no contexto local, leitura esta fortemente amparada em categorias de percepção que *naturalizam* os princípios de desigualdade e distinção social do lugar.

O processo de formação institucional e da consolidação de valores simbólicos no Conselho de Desenvolvimento Rural de Paranapanema revela dimensões importantes em termos de

interpretação sociológica. Ainda que mantendo as reservas intrínsecas ao limites dos estudos de caso, é inegável que os olhares setorial e disciplinar do mundo rural sustentados por um grupo específico de agricultores e técnicos agrícolas devem encontrar-se imbricados para além dos limites de Paranapanema. Até mesmo porque a gênese desses olhares/dessas concepções de mundo não se encontra na região. Se a legitimidade desses valores entre os dominados pela dinâmica da Revolução Verde se faz presente, é porque, na consolidação de certas categorias de percepção do mundo social, outras instituições contribuíram para a naturalização da positividade dos valores de eficiência da agroindústria regional e de sua hegemonia política, contra o fracasso da pequena agricultura de base familiar e dos demais que não demonstraram a competência necessária para sua inscrição na economia moderna.

Em termos de participação social, a criação dos Conselhos de Desenvolvimento Rural, em sua elaboração formal, indica a possibilidades de diálogo entre diferentes grupos sociais acerca dos temas de ruralidade, descentralização da gestão do território e do meio ambiente. Contudo, no plano das práticas sociais, este estudo indicou a manutenção do viés setorial nas noções localizadas de ruralidade – viés sustentado em grande medida pelo confronto de visões disciplinares de políticas públicas, pela extensão das hegemonias material e simbólica do território até o aparato de governança e pelos limites que a articulação dos interesses das burocracias públicas com os grupos dominantes do lugar impõem aos ideais de democracia formal dessas novas arenas. Ao balizar tanto a descrição da realidade local, no olhar dos agentes/grupos sociais, quanto as prescrições sobre o futuro da localidade, esse olhar setorial demanda ainda esforços interpretativos que busquem localizar o ponto crítico da adjetivação do “novo” no rural brasileiro. E isso não somente em termos de instituições, mas também de tessitura social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R. *O futuro das regiões rurais*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2003.
- BOONSTRA, W. J. Policies in the polder: how institutions mediate between norms and practices of rural governance. *Sociologia Ruralis*, v. 46, n. 4, p. 299-317, 2006.
- BOURDIEU, P. *A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: Edusp, 1996.
- _____. *Les structures sociales de l'économie*. Paris: Seuil, 2000.
- BROWLEY, Daniel W. (Ed.). *The handbook of environmental economics*. Massachusetts: Blackwell Publishers, 1996.
- BURGESS, J.; CLARK, J.; HARRISON, C. Knowledges in action: an actor network analysis of a wetland agri-environment scheme. *Ecological Economics*, v. 35, n. 1, p. 119-132, 2000.
- BURTON, R. J.; KUCZERA, C.; SCHWARZ, G. Exploring farmer's cultural resistance to voluntary agri-environmental schemes. *Sociologia Ruralis*, v. 48, n. 1, p. 18-36, 2008.
- BURTON, R. J. Seeing through the "good farmer's" eyes: towards developing an understanding of the social symbolic value of "productivist" behaviour. *Sociologia Ruralis*, v. 44, n.2, p. 195-216, 2004.
- CAMPANHOLA, C.; SILVA, J. G. Diretrizes de políticas públicas para o novo rural brasileiro: incorporando a noção de desenvolvimento local. In: CAMPANHOLA, Clayton; SILVA, José G. (Eds.). *O novo rural brasileiro: políticas públicas*. Jaguariúna: Embrapa, 2000, v. 4, p. 61-92.
- CARRIER, M.; CÔTÉ, S. (Eds.). *Gouvernance et territoires ruraux: éléments d'un débats sur la responsabilité du développement*. Québec: PUQ, 2000, coleção Sciences Régionales.
- CONNELLY, S; RICHARDSON, T; MILES, T. Situated legitimacy: deliberative arenas and neu rural governance. *Journal of Rural Studies*, n. 22, p. 267-277, 2006.

COUDELL, E.; TONNEAU, J. P. Como avaliar a contribuição de uma formação no desenvolvimento territorial?. Reflexões a partir da experiência da universidade camponesa no território do Cariri paraibano. *Working Paper*. Inra/Cirad, 2007.

DIXON, J. A.; SHERMAN, P. B. *Economics of protected areas: a new look at benefits and costs*. London: Earthscan Publications, 1990.

DOUGLAS, D. J. A. The restructuring of local government in rural regions: a rural development perspective. *Journal of Rural Studies*, n. 21, p. 231-246, 2005.

ELIAS, N. *Qu'est-ce que la sociologie?*. Paris: L'Aube, 1991.

FAURE, A. *Territoires et subsidiarité: l'action publique locale à la lumière d'un principe controversé*. Paris: L'Harmattan, 1997, coleção Logiques Politiques.

FISCHER, F. *Reframing public policy: discursive politics and deliberative practices*. Oxford, New York: Oxford University Press, 2003.

GOODWIN, M. The governance of rural areas: some emerging research issues and agendas. *Journal of Rural Studies*, v. 14, n. 1, p. 5-12, 1998.

HAJER, M. Policy without polity? Policy analysis and the institutional void. *Policy Sciences*, n.36, p.175–195, 2003.

HERVIEU, B. *Les champs du futur*. Paris: Bourdin Francois Eds., 1993.

HOWARD, J. Using game theory to explain the behaviour of participants involved in a regional governance process. *Rural Society*, v. 16, n. 3, p. 254-270, 2006.

JANVRY, A.; SADOULET, E. Fitting the facts and capitalizing on new opportunities to redesign rural development programs in Latin America. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 42(3), p. 399-430, 2004.

JEAN, B. *Territoires d'avenir: pour une sociologie de la ruralité*. Québec: PUQ, 1997.

JOLLIVET, M. *Pour une science sociale à travers champs: paysannerie, ruralité capitalisme (France XXe siècle)*. Paris: Arguments, 2001.

KAYSER, B. *La renaissance rurale: sociologie des campagnes du monde occidental*. Paris: A. Colin, 1990.

MARSDEN, T. *The condition of rural sustainability*. Assen: Van Gorcum, 2003.

MARTINS, J. S. A sujeição da renda da terra ao capital e o novo sentido da luta pela reforma agrária. In: *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*, 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 151-177.

_____. *A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala*. São Paulo: Hucitec, 2000.

MARTINS, R. C. Ruralidade e regulação ambiental: notas para um debate político-institucional. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 43, p. 249-266, 2005.

_____. Poder e legitimidade nos enunciados ambientais contemporâneos. *Oficina do CES*, Coimbra, Universidade de Coimbra, n. 312, ago. 2008.

MILLS, C. W. *A imaginação sociológica*, 5ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

MORRIS, C. Negotiating the boundary between state-led and farmer approaches to knowing nature: an analysis of UK agri-environment schemes. *Geoforum*, v. 37, n. 1, p. 113-127, 2006.

MURDOCH, J; MARSDEN, T. Reconstituting rurality: class, community and power in the development process. London: UCL Press, 1994.

PATTON, M. Q. *Qualitative research and evaluation methods*, 3ª ed. London: Sage Publications, 2002.

PEARCE, D. W.; TURNER, R. K. *Economics of natural resources and the environment*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1991.

PEARCE, D. W. *Economic values and the natural world*. Massachusetts: The MIT Press, 1993.

SAA-SP – SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTACIMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Programa estadual de microbacias hidrográficas: avaliação de meio termo. Belo Horizonte: Del Giudice Assessoria Técnica Ltda./The World Bank/SAA-SP, 2004.

SCHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. *Sociologias*, v. 11, p. 88-125, 2004.

SHORTALL, S. Social or economic goals, civic inclusion or exclusion? An analysis of rural development theory and practice. *Sociologia Ruralis*, n. 44, p. 109-123, 2004.

VEIGA, J. E. *O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento*. Brasília: Nead, 2001, Série Textos para Discussão, n. 1.

WEBER, M. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, 15ª ed. São Paulo: Pioneira, 2000.

RODRIGO CONSTANTE MARTINS é sociólogo, doutor pela Universidade de São Paulo, professor do Departamento de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos.